

**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A PROCURADORIA-GERAL DA
REPÚBLICA E O PROVEDOR DE JUSTIÇA**

Considerando as atribuições constitucionais e legais do Ministério Público e do Provedor de Justiça;

Ciente de que, a intervenção de ambos os órgãos visa, em última instância, a defesa dos direitos dos cidadãos;

Imbuídos de enorme espírito colaborativo, de forma a que, no limite das suas competências e no respeito pelos princípios que norteiam a atuação do Ministério Público e do Provedor de Justiça, desenvolvam ações com vista a melhor responder às demandas da população,

A Procuradoria-Geral da República e o Provedor de Justiça, celebram o presente Protocolo de Colaboração, que se rege pelas seguintes cláusulas:

ARTIGO 1.º

DEVER DE INFORMAÇÃO

1. O Provedor de Justiça dará conhecimento à Procuradoria-Geral da República dos indícios considerados suficientes da prática de infrações criminais, resultantes da instrução de Processos do Provedor.
2. A Procuradoria-Geral da República transmitirá imediatamente ao Provedor de Justiça as queixas a este dirigidas, pelos cidadãos.

ARTIGO 2.º

REALIZAÇÃO DE EXAMES, INSPEÇÕES E INQUIRIÇÕES

1. Mediante despacho fundamentado, o Provedor de Justiça solicitará à Procuradoria-Geral da República, a realização de Inspeções, exames, inquirições e outras diligências, que terão a prioridade e urgência que ao caso couber, sem prejuízo dos processos ou assuntos urgentes sob a responsabilidade do magistrado indigitado.
2. O Pedido do Provedor de Justiça será analisado pela entidade competente da Procuradoria-Geral da República, dependendo do assunto, que encarregar-se-á da sua tramitação interna.

ARTIGO 3.º

RECOMENDAÇÃO DE INICIATIVA LEGISLATIVA

Sempre que, em defesa do Estado de Direito, houver consenso entre as partes quanto à necessidade de se alterar, revogar ou elaborar nova legislação, o Provedor de Justiça, no âmbito das suas atribuições, formula a pertinente recomendação, sem prejuízo das atribuições do Ministério Público nesse âmbito.

ARTIGO 4.º

PROCEDIMENTO CRIMINAL

1. Em caso de manifesta má fé na apresentação das queixas, o Provedor de Justiça participa o facto ao representante do Ministério Público competente, para a instauração do procedimento criminal, nos termos da lei.



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DA
REPÚBLICA**



**PROVEDOR
DE JUSTIÇA**
Pelos Direitos dos Cidadãos

2. O Provedor de Justiça participa ao representante do Ministério Público competente a falta de comparência ou a recusa de depoimento, não justificadas, para efeitos de procedimento por crime de desobediência.
3. Sempre que solicitado, o Procurador-Geral da República dará conhecimento ao Provedor de Justiça do andamento de processos registados na sequência das comunicações referidas nos números 1 e 2 do presente artigo.

ARTIGO 5.º

ACESSO A DOCUMENTAÇÃO

1. Mediante solicitação e autorização da entidade competente, o Provedor de justiça pode ter acesso à documentação e às informações não confidenciais e não abrangidas pelo segredo de justiça que se encontrem na posse do Ministério Público.
2. Aplica-se o disposto no n.º 1 aos pedidos formulados pela Procuradoria-Geral da República, com as devidas adaptações.

ARTIGO 6.º

AÇÕES DE FORMAÇÃO

1. Nas ações de formação que organizem e sempre que o assunto em debate integra as atribuições das partes, será reservada vaga ao pessoal afeto às respetivas instituições, sendo a comunicação feita com a antecedência devida e possível.
2. Os custos decorrentes da referida participação, serão suportados pelo serviço de origem, salvo se, no concreto, a entidade organizadora informar a outra parte que assumirá, total ou parcialmente, os referidos custos.

ARTIGO 7.º

PONTOS DE CONTATO

Para os efeitos ora definidos, as partes designam como pontos de contacto os Diretores dos respetivos Gabinetes.

ARTIGO 8.º

ALTERAÇÃO E REVISÃO

O presente Protocolo pode ser alterado, a qualquer momento, por iniciativa de qualquer das partes e mediante acordo.

ARTIGO 9.º

INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE LACUNAS

1. Todas as dúvidas resultantes da execução do presente Protocolo serão decididas mediante acordo das partes, com base, designadamente, no princípio da boa-fé.
2. Os casos omissos serão decididos nos termos do n.º 1.

ARTIGO 10.º

INÍCIO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO

1. O presente Protocolo produz efeitos desde o dia seguinte ao da sua assinatura, tendo a duração de um ano, a contar dessa data, e renovando-se, sucessivamente, por igual período.
2. Qualquer das partes pode desvincular-se, mediante comunicação escrita dirigida à outra parte, com aviso prévio de 15 dias a contar da data da receção da Comunicação.



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DA
REPÚBLICA**



**PROVEDOR
DE JUSTIÇA**
Pelos Direitos dos Cidadãos

Praia, 9 de fevereiro de 2018

O Procurador-Geral da República



Oscar Silva Tavares

O Provedor de Justiça



Antonio do Espírito Santo Fonseca